

## **CUNHA, RANULFO BOCAIÚVA**

\*dep. fed. RJ 1924-1930; min. STM 1946-1957.

*Ranulfo Bocaiúva Cunha* nasceu em Campos (RJ) no dia 27 de maio de 1888, filho de Godofredo Xavier da Cunha e de Emérita Bocaiúva Cunha. Seu pai foi o primeiro chefe de polícia do estado do Rio de Janeiro no regime republicano e, a seguir, ministro (1909-1931) e presidente (1927-1931) do Supremo Tribunal Federal (STF). Seu avô materno, o líder republicano Quintino Bocaiúva, foi ministro das Relações Exteriores (1889-1891), senador (1890-1891, 1892-1899, 1900 e 1909-1912) e presidente do estado do Rio de Janeiro (1909-1912). Seu ascendente pelo lado materno Rafael Pinto Bandeira foi importante figura nas lutas para a expulsão dos castelhanos da Colônia do Sacramento.

Tendo aprendido as primeiras letras com sua mãe, ingressou no Externato Joaquim Serra, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e, a seguir, no Colégio Militar dessa cidade, onde fez os estudos preparatórios entre 1902 e 1905. Como pretendesse seguir a carreira militar e seus pais não consentissem em sua matrícula na Escola Militar, transferida em 1906 para Porto Alegre, ingressou naquele ano na Escola Naval, que abandonou a seguir por motivo de doença. Matriculou-se então na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e passou a dedicar-se ao jornalismo, colaborando, ainda como universitário, nos jornais *O País* — fundado e dirigido por seu avô Quintino Bocaiúva —, *A Notícia* e *O Dia*, e na revista *A Época*, além de outras publicações. Trabalhou também no Ministério da Agricultura e, em 1912, concluiu o curso universitário.

Em 1914 foi nomeado auxiliar de auditor de guerra pelo ministro da Guerra, general Vespasiano de Albuquerque e Silva (1912-1914). No mesmo ano ingressou na política pela mão do ex-presidente Nilo Peçanha (1909-1910), elegendo-se deputado à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro na legenda do Partido Republicano Fluminense (PRF). Durante a legislatura que se iniciou em 1915 e terminou em 1917, ocupou os cargos de segundo e primeiro-secretário da Assembleia Fluminense e foi autor da lei que criou o ensino profissional no estado do Rio e a Escola Profissional Visconde de Moraes, atual Henrique Laje. Reeleito por duas vezes, exerceu seus novos mandatos de 1918 a 1920 e durante os primeiros meses de 1921.

Nomeado prefeito de Niterói pelo presidente do estado do Rio de Janeiro, Raul de Moraes

Veiga (1918-1922), assumiu o cargo em maio de 1921. Nessa ocasião apoiou em nível federal a campanha da Reação Republicana, que promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Durante sua administração realizou inúmeras obras públicas e criou a Diretoria Municipal de Instrução Pública, atual Secretaria de Educação e Cultura. Exonerou-se do cargo de prefeito em junho de 1922 para voltar a postulá-lo na legenda do PRF no pleito que se realizaria no mês seguinte. Entretanto, desistiu da candidatura em virtude de problemas com a política federal relacionados com a eleição de Artur Bernardes, retornando então à Justiça Militar e às suas atividades como advogado e jornalista.

Em 1923 assumiu as funções de secretário do ministro da Justiça, seu sogro João Luís Alves, e em março de 1924 elegeu-se deputado federal na legenda do PRF, sendo empossado em maio do mesmo ano. Reeleito em 1927, apresentou na Câmara um projeto de criação do Instituto Nacional de Padrões e, durante a discussão do projeto de estabilização cambial, manifestou-se a favor da adoção do cruzeiro. Após as eleições de março de 1930 — nas quais renovou mais uma vez seu mandato —, votou a favor do reconhecimento da bancada federal paraibana composta por políticos ligados ao governo do presidente Washington Luís. Primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, encontrava-se em Paris quando foi deflagrada em outubro a Revolução de 1930, que extinguiu seu mandato, assim como todos os órgãos legislativos do país. Em dezembro foi denunciado pelo Tribunal Especial Revolucionário devido à sua posição favorável ao reconhecimento dos deputados paraibanos.

Auditor de guerra da 3ª Auditoria da capital federal a partir de 1936, foi nomeado em agosto de 1946 ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e em 1948 participou do Congresso Jurídico realizado em Montevideú, Uruguai. Permaneceu no STM até maio de 1957, quando se aposentou.

Foi um dos fundadores e presidentes do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE) e da Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias, assim como do Montepio dos Servidores do Estado. Foi também membro do Instituto dos Advogados do Brasil, da Sociedade Brasileira de Direito e da Academia Fluminense de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 25 de abril de 1976.

Era casado com Maria Vitória Alves, de quem teve três filhos. Seu sogro, João Luís Alves, foi deputado federal por Minas Gerais de 1903 a 1908, senador pelo Espírito Santo de 1909 a 1918, ministro da Justiça de 1922 a 1924 e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1924 a 1925. Seu filho Luís Fernando Bocaiúva Cunha foi deputado federal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de 1959 a 1964 e líder do governo de João Goulart na Câmara em 1962; foi cassado em abril de 1964 pelo movimento político-militar que depôs Goulart e posteriormente voltou a ser deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1983 e 1990.

O arquivo de Ranulfo Bocaiúva Cunha encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

FONTES: BARBOSA, R. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; CORRESP. SUP. MILITAR; CORTÉS, C. *Homens*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (26/4/1976); SOARES, E. *Prefeitura*.